



QUEREMOS POLÍTICAS REALMENTE DE ESQUERDA!

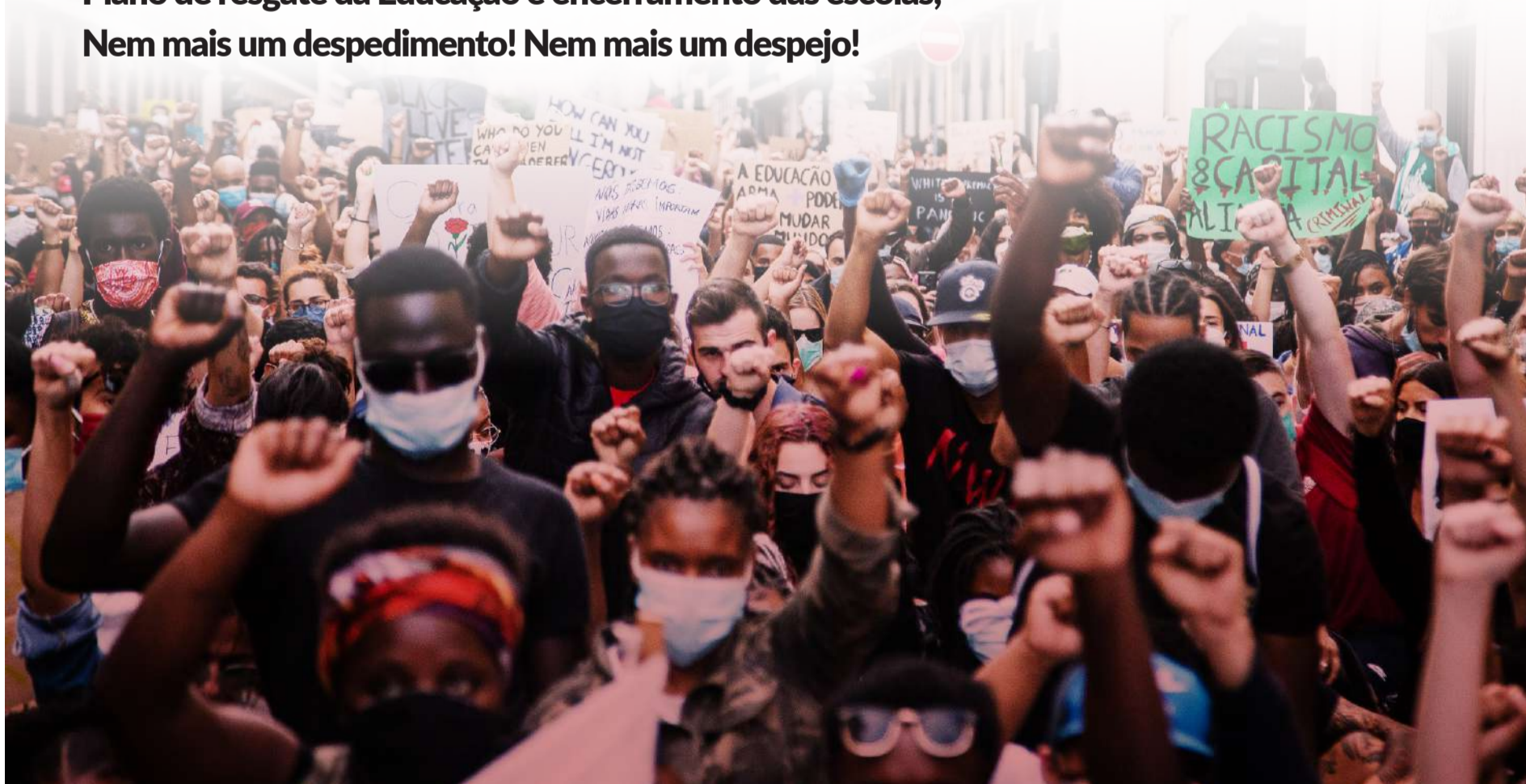
Basta de “unidade nacional”!

Paragem da produção e de serviços não-essenciais;

Plano de resgate do SNS com investimento massivo;

Plano de resgate da Educação e encerramento das escolas;

Nem mais um despedimento! Nem mais um despejo!





A segunda vaga da pandemia aprofunda a catástrofe capitalista. São necessárias políticas realmente de esquerda!

O mundo aproxima-se de 50 milhões de casos registados de covid-19 e a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera “muito provável” que antes de uma vacina eficaz estar disponível o número global de mortes duplique, ultrapassando os dois milhões. O sistema capitalista, mesmo em países tão desenvolvidos como os EUA, o Reino Unido ou a França, é absolutamente incapaz de usar a tecnologia, os recursos e o conhecimento acumulados pela humanidade para fazer frente ao vírus e àquela que é já a maior crise económica da história, com a previsão mais optimista a ser de uma queda de 4,5% do PIB mundial este ano. A catástrofe é completa. Ainda assim, a classe dominante não dá tréguas, e todos os governos, desde os mais reaccionários aos social-democratas, deixam claro para quem governam, defendendo zelosamente os lucros — ou, na sua linguagem, “salvando a economia” — enquanto os trabalhadores, os camponeses e todos os oprimidos engordam o número de infectados, de mortos e de famintos. O “progresso moral” da sociedade capitalista desde as guerras mundiais é mais evidentemente do que nunca uma alucinação liberal. Os burgueses e os seus Estados estão tão dispostos a sacrificar vidas hoje quanto estavam há um século, e, se não formos nós a travá-los, sacrificarão tantas vidas quantas forem necessárias

para preservar o seu sistema putrefacto.

Os responsáveis não são os trabalhadores e os pobres...

Em Portugal, nove meses após o primeiro caso de coronavírus, a segunda vaga da pandemia é uma impiedosa realidade, com os casos diários a escalar até aos 7 milhares.

Como em todo o mundo, esta situação tem sido aproveitada ao máximo para avançar com uma onda de ataques contra a classe trabalhadora, que além da supressão de direitos democráticos vem ainda acompanhada de uma ofensiva ideológica.

Desde a chegada do vírus que o governo e a comunicação social burguesa trabalharam em perfeita harmonia não só na disseminação do ideal reaccionário de “unidade nacional” como, fundamentalmente, na culpabilização das massas, especialmente as camadas oprimidas e pobres da classe trabalhadora. Os jornais e telejornais encheram-se de “notícias” sobre aglomerações de jovens, procurando agitar a indignação moral de trabalhadores contra trabalhadores e, claro, da pequena-burguesia ilustrada contra a ralé “sem civismo”. Até agora, o ponto mais baixo desta campanha foi a notícia com-

pletamente falsa de uma festa com “mais de 300 pessoas” na Cova da Moura, Amadora, através da qual se procurou ainda legitimar outra onda de repressão policial no bairro, com agressões brutais da PSP contra os trabalhadores pobres e a juventude negra.

Esta campanha chega mesmo a vir mascarada de “ciência”, recorrendo, claro está, à estatística. Por altura da reabertura das escolas, um conveniente relatório da Direcção Geral de Saúde (DGS) indicava que 49% dos contágios na última quinzena de Agosto aconteceram em contexto familiar e apenas 16% em contexto laboral. António Costa avisava, simultaneamente e entre fortes apelos à “responsabilidade pessoal”, que “se nós tivermos de voltar a parar o país isso teria um custo absolutamente insuportável para a vida das famílias, para as empresas, para todos em Portugal”.

O número mais elevado de contágios em contexto familiar, a ser verdade, não pode surpreender-nos. A crise de habitação obriga as famílias trabalhadoras a juntar duas e até três gerações de adultos sob um mesmo tecto. Como é penosamente evidente, desta maneira, cada contágio no local de trabalho significa uma dúzia de contágios em contexto familiar, em condições de habitação que

umentam ainda mais os riscos de saúde. A nossa classe vive em casas frias e húmidas, sem o isolamento apropriado e num país onde 19% da população (as famílias trabalhadoras mais pobres) não tem dinheiro para aquecimento durante o Inverno.¹ Não por acaso, mais de 5% de todas as mortes em Portugal são por pneumonia, e 11.7% por doenças respiratórias em geral.² Qual é, então, o propósito de frisar que o contágio se dá em casa senão confundir a “opinião pública”?

Todo o discurso moralista, anti-operário e racista articulado entre o Estado e a comunicação social não tem outro propósito senão ilibar a burguesia e o seu governo. A hipocrisia é gritante. Enquanto se produz esta odiosa campanha de mentiras e repressão contra a nossa classe, somos todavia incentivados a frequentar perigosos espaços de consumo e comércio, e eventos como a Fórmula 1 e festas em clubes de luxo — uma das quais provocou recentemente um surto em Cascais — são ignorados pelo aparelho de Estado.

... são os capitalistas e os seus lacaios no governo!

¹ Dados do Eurostat actualizados a 27 de Outubro de 2020.
² Dados do Instituto Nacional de Estatística publicados a 21 de Fevereiro de 2020.

O problema está muito longe de ser a suposta irresponsabilidade da juventude pobre e de classe trabalhadora. O problema é a existência de um sistema económico que serve o lucro e não as necessidades humanas. De que outra forma se explica o Orçamento do Estado (OE) para 2021?

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é mantido numa situação degradante, com subinvestimento crónico, com falta de trabalhadores, falta de equipamentos, falta até mesmo de camas, enquanto o Estado canaliza fortunas para os bolsos de capitalistas da saúde privada. Mesmo perante uma pandemia que ameaça dezenas de milhares de vidas, os privilégios da burguesia são mantidos para lá de qualquer questionamento.

Vemos isso também com a abertura das escolas, infantários e creches — medida que visou acima de tudo levar os pais de volta ao trabalho. Depois de se ter recusado durante 5 anos a fazer o investimento necessário no sistema de ensino, o executivo de Costa pretende manter expostos ao novo coronavírus os estudantes, professores e trabalhadores da Educação, em escolas que sofrem de um subinvestimento crónico e de uma falta de pessoal que, se já tornava impossível o funcionamento apropriado antes da pandemia, torna agora igualmente impossível o cumprimento de medidas de segurança como a desinfectação dos espaços e materiais. Os trabalhadores e as trabalhadoras do sistema de ensino são uma população envelhecida, mal-paga, durante décadas desprezada e a quem agora o governo exige um milagre sem providenciar sequer a formação adequada para as funções sanitárias que lhes impõe.

Como último exemplo, temos a situação aterradora dos transportes. Qualquer pessoa que seja obrigada a frequentar os transportes colectivos à hora de ponta tem uma consciência bem clara da irracionalidade deste sistema, que em plena pandemia força incontáveis milhares de trabalhadores a viajar durante horas em autocarros e carruagens completamente apinhadas e mal-ventiladas. Nisto, as empresas públicas de transportes funcionam igualmente com subinvestimento crónico e uma dramática falta de equipamentos para que os fundos públicos possam gastar-se a assegurar os lucros das empresas privadas de transportes, as mesmas que se recusam a investir em medidas de segurança porque estas, como é sabido, não lhes garantem qualquer lucro.

Mesmo medidas correctas como a obrigatoriedade da máscara só seriam eficazes se fossem integradas num plano robusto de combate à pandemia: parar toda a produção e serviços não-essenciais, reconverter a indústria para a produção de equipamentos médicos, investir massivamente na educação para possibilitar o ensino de qualidade à distância e, acima de tudo, nacionalizar todo o sector da saúde e investir de forma massiva no SNS, renovando os equipamentos e contratando dezenas de milhares de profissionais para fazer frente a esta pandemia e garantir o acesso gratuito e universal à saúde. Este plano, claro está, implica chocar frontalmente com os interesses dos capitalistas, antes de mais por ser inviável sem a imediata nacionalização da banca e sem a expropriação do capital financeiro.

Em suma, completamente incapaz de

agarrar o gigantesco problema que a crise económica e a pandemia lhes colocam, Costa e os seus amigos contentam-se em beliscar-lhe as pontas... sempre levemente, para não incomodar os banqueiros, os capitalistas da saúde privada, do comércio, da indústria. O que se fez até agora são medidas cosméticas ou de gestão da raiva social: decreta-se a obrigatoriedade de uma aplicação de telemóvel entre sectores determinados, força-se ao confinamento os desempregados e trabalhadores informais em numerosos concelhos, incrementa-se o policiamento e a repressão sobre os mais pobres e oprimidos. Além do já mencionado caso da Cova da Moura, o caso do bairro da Jamaica, onde, em Maio, um desmedido aparato policial foi utilizado para fechar a cadeia os poucos cafés que existem, é bem instrutivo. Situações semelhantes multiplicam-se pelo país, com os órgãos de repressão do Estado a violentar os mais pobres e oprimidos enquanto se permitem os mais arriscados comportamentos aos turistas e à pequena-burguesia abastada.

São estes os verdadeiros responsáveis pela segunda vaga de covid-19, aqueles que lucram enquanto nós adoecemos e morremos... aqueles que chegam a lutar até mesmo com a nossa doença e as nossas mortes.

O novo estado de emergência

A burguesia pressente, como resultado da crise, um tremendo choque entre as classes num futuro ainda indeterminado, e apesar de divisões e tensões intestinas, já mostrou qual é a sua aposta para gerir a raiva social durante a crise sanitária: proteger o governo de Costa e usá-lo para manter a paz social enquanto a direita, incluindo a extrema-direita, se recompõe. Foi ninguém menos que o presidente da república, Marcelo Rebelo de Sousa, quem se prestou a assumir a “responsabilidade suprema” por “atrasos, imprevistos e erros” cometidos na gestão desta pandemia — e isto depois de deixar também ao primeiro-ministro os louros de pedir um novo estado de emergência. A jogada é clara: colocar sobre o presidente esta primeira parte do desgaste político provocado por todos os ataques aos trabalhadores e pela gestão criminosa da pandemia — um presidente que prevê a sua reeleição segura em Janeiro.

Nas declarações à imprensa, Marcelo ousou ainda dizer que tem a ajuda do PS e do PSD para fazer frente aos desafios da actual conjuntura. Não mentiu. Rui Rio e a cúpula do PSD, desde o início da crise económica e sanitária, mostraram uma total fidelidade ao discurso de “unidade nacional” que Marcelo e Costa repetem a cada oportunidade. A direita não tem pressa em chegar ao poder agora, e a classe dominante está ciente de que a sua melhor hipótese de manter o controlo da situação durante a crise sanitária é deixando que o PS e a esquerda se desgastem no esforço de manutenção da paz social.

O novo estado de emergência, tal como o anterior, será um ataque à classe trabalhadora. Mas desta vez o estado de emergência não será declarado sob pressão das massas, e é isso que explica a insistência de Costa e Marcelo em classificá-lo como “diferente”. Será “diferente” porque, em linha com as declarações do primeiro ministro em Setem-

bro, não voltará a paralisar sectores da economia. Não implicará o encerramento de centros comerciais ou de escolas, não implicará nada que prejudique os lucros, depositando todo o peso da catástrofe capitalista sobre os ombros dos explorados e oprimidos. Preparam-se mais pesados ataques aos direitos democráticos, aos direitos laborais e aos salários, com a supressão do direito à greve e à organização, sujeitando a massa crescente de desempregados e pobres — especialmente os jovens — à disciplina do cacetete e da bota policial. Para os capitalistas e para o seu fiel governo PS, a emergência não é a pandemia, é a raiva social que se acumula e que, tarde ou cedo, terá de rebentar.

A esquerda precisa de agir! É urgente uma alternativa socialista!

Pela primeira vez em 5 anos, o Bloco de Esquerda votou contra uma proposta de OE. Mesmo sob uma tremenda pressão da comunicação social burguesa, a chantagem e as ameaças de Costa e as acusações de estar a unir-se à direita, a direcção do BE não pôde senão reconhecer o perigo de continuar agarrada ao PS durante uma crise com as dimensões actuais. Mariana Mortágua disse-o explicitamente quando afirmou que não importava ao BE a imagem de ficar ao lado da direita agora, mas sim a imagem daqui a alguns meses, quando a crise for ainda mais profunda. Se as vistas desta direcção reformista não fossem tão curtas, teria sido capaz de concluir a inevitabilidade desta situação em 2015.

Ao anunciar esta decisão, claro está, o BE amarrou o PCP ao governo, garantindo a abstenção deste na votação do orçamento sob pena de chubar o OE e, assim, abrir o cenário de queda do governo. A direcção do PCP, por seu lado, respondeu colocando todo o seu aparelho a esguichar ódio contra o BE, a falar de “responsabilidade” e a defender o governo como um inevitável mal-menor — insistindo, portanto, no rumo que até agora só aprofundou a sua dramática crise interna.

O problema fundamental aqui é que o parlamento não é um órgão neutro, é um órgão de poder da burguesia, uma parte do aparelho de Estado que existe com o propósito de garantir o funcionamento do capitalismo — i.e., da exploração da nossa força de trabalho — mesmo em circunstâncias tão trágicas como as presentes. É impossível obter qualquer vitória com base em votações, negociações, manobras e declarações inflamadas no parlamento e nos corredores do Estado burguês, e enquanto recusarem o caminho da mobilização das massas e sujeitarem toda a sua política à actividade nestes órgãos, BE e PCP estarão condenados a chafurdar no pântano do sectarismo, disputando tão-somente uma “imagem” (seja a de agora ou a dos próximos meses) para conquistar eleitores das camadas médias, expondo-se à chantagem do governo e da comunicação social burguesa a cada passo.

É preciso tirar as devidas conclusões. Um voto como aquele que agora fez o BE na votação do OE será inútil, mesmo sendo acompanhado pelas mais justas denúncias, se não for também acompanhado de mobilização e organização nas ruas, nos bairros, nas escolas e nos locais de trabalho com um programa verdadeiramente

socialista. Esta tem de ser exigência de todos os militantes e lutadores de esquerda às suas respectivas direcções partidárias e sindicais: rompam de uma vez por todas com a conciliação de classes, centrem a acção na organização e mobilização para a luta por um programa claro de medidas socialistas para fazer frente à crise económica e sanitária!

À esquerda não cabe negociar com os grandes capitalistas e o seu governo, cabe lutar. Travar a pandemia, os despedimentos e a pobreza implica um confronto directo com a classe dominante e um ataque directo ao seu sistema. É necessário nada menos que uma política revolucionária:

1. A paragem imediata de toda a actividade produtiva e serviços não-essenciais, com reconversão da parte necessária da indústria para a produção de equipamentos hospitalares e de protecção individual e com a manutenção dos postos de trabalho e salários na totalidade — com punição dos patrões e nacionalização com controlo operário das empresas que não cumprirem estas exigências;

2. Um plano de resgate do SNS com a nacionalização de todo o sector da saúde, um investimento público massivo para a compra de novos equipamentos e para a contratação dos necessários milhares de trabalhadores, além da urgente investigação científica;

3. O encerramento imediato de todas as escolas e faculdades, seguido da aplicação de um plano de resgate do sistema educativo que reverta todos os cortes na educação pública, contrate os necessários milhares de professores para reduzir o número de alunos por turma, dê formação adequada ao corpo docente e distribuição gratuita de equipamentos informáticos a todos os professores e estudantes para garantir uma educação segura à distância até que se torne possível regressar aos locais de ensino com condições de higiene e segurança eficazes;

4. Proibição de despedimentos e de despejos;

5. Nacionalização de toda a banca sob controlo democrático para garantir os fundos necessários à aplicação destas medidas. Que sejam os capitalistas que engordaram as suas fortunas com a exploração do nosso trabalho a pagar agora a crise económica e sanitária!

Qualquer coisa abaixo deste programa significa aceitar os privilégios e o sistema dos capitalistas, aceitar milhares de infecções e de mortes, uma onda de despedimentos, despejos, pobreza. E se as direcções do BE, do PCP e da CGTP realmente se recusam a aceitar a catástrofe que o capitalismo impõe aos trabalhadores e à juventude, têm de ir muito para lá das denúncias, das abstenções e da oposição parlamentar; têm de mobilizar as massas com este programa para a acção directa. Esta é também a única forma consequente de fazer frente à direita e à extrema-direita, que pela demagogia pretendem arrastar para as suas fileiras as camadas sociais mais desesperadas e atingidas pela crise e pela degradação social e laboral que, sem dúvida alguma, irão aumentar. A única alternativa à barbárie que o capitalismo nos impõe é a luta até às últimas consequências, a luta revolucionária!

ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Junta-te à ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA e contrói conosco as forças do marxismo internacional!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

📍 @esquerdarevolucionaria.centelha 🗣 @esquerda.revolucionaria 📺 @EsqRev

Brasil: Caso de violação revela mais uma vez a natureza capitalista e machista do Estado.

Justiça para Mari Ferrer!

Isabelle C.
Livres e Combativas e
Esquerda Revolucionária

Em meio às constantes agressões aos direitos, à dignidade e à vida das mulheres no Brasil de Bolsonaro, nesta última semana, o caso de Mariana Ferrer e a indignação social que despertou a nível nacional e internacional trouxeram à tona a verdadeira face da Justiça burguesa, deixando à mostra o caráter patriarcal e de classe do Estado e de suas instituições.

Desde que veio a público, em Maio de 2019, o caso de violação da jovem Mari Ferrer escancarou a natureza machista da sociedade capitalista: uma mulher de 21 anos, drogada e violentada em uma festa em uma discoteca na zona nobre da cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Apesar do sigilo do processo, o caso foi divulgado pela própria vítima em suas redes sociais, denunciando a morosidade da Justiça e a influência do acusado, o burguês André de Camargo Aranha — empresário do setor do marketing —, sobre o andamento do processo.

Após o violador ter sido absolvido, a onda de indignação em relação ao desfecho do caso volta a crescer em resposta à divulgação de detalhes da audiência de julgamento. Um vídeo divulgado pelo Intercept Brasil expõe o tratamento repugnante a que Mari Ferrer foi submetida em tribunal, o tratamento a que as mulheres são submetidas no sistema judicial capitalista.

“Estupro culposo” não existe!

Não basta a violência sexual a que esteve sujeita, a vítima, quando decide romper com o silêncio, sofre mais um tipo de violência que tem como perpetrador o próprio Estado burguês. Desde o tratamento que as mulheres violentadas recebem nas delegacias de polícia, onde são constantemente deslegitimadas, coagidas e humilhadas, passando pelos abusos sofridos em todas as instâncias do poder judiciário, pelos juizes, promotores, advogados e funcionários públicos, até à completa ausência de programas de acolhimento e de proteção pelos órgãos do Estado — toda a arquitetura do sistema penal burguês perpetua a violência de gênero.

O abuso e a humilhação sofridos por Mari Ferrer com os comentários misóginos do advogado do violador, Cláudio Gastão da Rosa Filho, mostram a violência patriarcal profundamente arraigada no sistema judicial e naturalizada socialmente em capitalismo: a culpabilização da vítima, que vem sempre acom-

panhada da objetificação do corpo feminino, da ridicularização e de insultos sexistas que concebem as mulheres como moralmente responsáveis pela violência que lhes é infligida, como “putas” e “vagabundas”. Assim, separam-se de modo fictício as mulheres que “merecem ser estupradas”, as mulheres que merecem ter seus vídeos e fotos íntimas divulgados e as mulheres que merecem ter sua intimidade violada de múltiplas formas distintas, das mulheres decentes e respeitáveis, que cumprem bem o papel que o patriarcal lhes designa. Esse papel não é mais do que o da submissão, do silêncio, do medo, da domesticação perante a violência, a opressão e a exploração.

A decisão judicial proferida pelo juiz Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal de Florianópolis, coroa o espetáculo de horrores do sistema penal brasileiro: a absolvição de André Aranha é baseada na argumentação da ausência de provas que caracterizem o dolo do agente, ou seja, a sua “intenção” de estuprar a vítima. E uma vez que o estupro na modalidade culposa não está previsto em lei, não há como imputar o crime ao acusado. Foi “estupro

culposo”, o violador violou sem querer — é esta a conclusão da “Justiça”!

De resto, a real existência ou não do termo “estupro culposo” na sentença — dúvida que tem sido usada para desviar a atenção do que verdadeiramente importa — é irrelevante. O argumento legal e as ofensas violentas dirigidas a Mariana Ferrer pelo advogado do réu, com a cumplicidade do juiz e do promotor, não deixam dúvidas quanto ao caráter discriminatório da atuação do Estado e de seus agentes, e deixam bem clara a violência machista sistêmica em capitalismo.

A existência mais que suficiente de provas, incluindo exames periciais, com recolhimento da vítima e de testemunhas, não bastou para condenar o burguês. Enquanto isso, os presídios brasileiros estão lotados de homens e mulheres da classe trabalhadora — em sua maioria negros e negras — que foram presos sem julgamento e sem direito a uma “defesa justa”. Eis aí a verdadeira face racista e machista da Justiça burguesa.

A Justiça burguesa e o governo Bolsonaro atuam de mãos dadas no ataque às mulheres

O capitalismo não apenas oprime as mulheres que são vitimizadas diretamente pelas agressões físicas, psicológicas e morais de seus violadores e agressores. A violência machista opera a níveis mais profundos e é intrínseca à exploração capitalista.



A ofensiva da extrema-direita no Brasil atesta esta realidade. Nos últimos anos, a investida contra os direitos das mulheres tem crescido em conjunto com o agravamento da violência de gênero. O número de estupros registrados no Brasil em 2019 aumentou em 8% em relação ao ano anterior. Das mais de 66 mil ocorrências registradas no ano passado, a maioria — 57,9% dos casos — consiste em estupros de crianças de até 13 anos de idade, enquanto 70,5% dos casos configuram estupro de vulnerável — quando a vítima é menor de 14 anos ou é considerada incapacitada de oferecer qualquer tipo de resistência à agressão.¹

O ataque aos direitos reprodutivos e às conquistas da classe trabalhadora como o direito ao aborto tem sido um dos pilares do discurso demagogo da extrema-direita, com a implementação de políticas com consequências pesadas para a vida das mulheres trabalhadoras, que seguem morrendo em abortos clandestinos. São estas, em especial as mulheres negras e pobres, que sentem mais profundamente o impacto da política genocida do governo Bolsonaro e dos parlamentares da bancada da “bala, da bíblia e do boi” — assim chamada por estar ligada a políticas genocidas de repressão, às igrejas evangélicas e ao grande capital, especialmente ao agronegócio.

Tendo as igrejas evangélicas como parte importante da sua base social, o bolsonarismo promove ataques frequentes às liberdades das mulheres brasileiras e da comunidade LGBTQI. A designação de uma mulher — a reacionária evangélica Damares Alves — para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos procura legitimar as agressões aos direitos sexuais e reprodutivos. Damares incita e mobiliza os setores conservadores pró-governo ao ódio contra as mulheres e promove medidas concretas de violação de nossos direitos e de nossa liberdade de escolha e de controle sobre nossos próprios corpos. Inclusive nos casos previstos em lei, como no infame episódio de uma menina de 10 anos vítima de estupro, o governo agitou a sua base social em uma tentativa de im-

pedir o aborto. Sob o falso pretexto do moralismo cristão, a vida das mulheres e das crianças é colocada em risco, em um país onde uma mulher é estuprada a cada 8 minutos e em que o aborto clandestino é a quarta causa de morte materna.

Esta ofensiva contra as mulheres é inseparável das políticas de austeridade, privatizações, ataques à legislação trabalhista e previdenciária, e cortes dos gastos públicos, que têm levado milhares de mulheres a uma situação ainda mais degradante, empurrando-as para os trabalhos mais precários e para as funções feminilizadas na divisão sexual do trabalho — aquelas que reservam as piores condições de trabalho e as remunerações mais baixas. Outras de nós são ainda empurradas para o desemprego, para a dependência econômica, para a miséria, para a prostituição, para a fome e mesmo para a morte.

Com a pandemia, a catástrofe capitalista atingiu as mulheres trabalhadoras no Brasil ainda mais fortemente. Diante do absoluto descaço e negacionismo do governo Bolsonaro, o país viu-se rapidamente entre os mais atingidos pela Covid-19, contabilizando oficialmente, até o momento, mais de 160 mil mortes em todo o país. A falta de testes, de EPIs, de respiradores e de leitos de cuidados intensivos (UTI), acompanhada pelas consequências de anos de desinvestimento e de sucateamento do sistema público de saúde — o SUS — condena à morte milhares de mulheres. Além de pôr em risco a vida das mulheres trabalhadoras do setor de saúde, que compõem a linha de frente no combate à pandemia, a política genocida de Bolsonaro é responsável por fazer o Brasil liderar o número de mortes de grávidas e mães puérperas — das 160 mortes maternas associadas ao Covid-19 no mundo, 124 foram registradas no Brasil. Também está entre as principais causas de mortes de mulheres durante a pandemia o aumento da violência de gênero. Com o início da quarentena, em Março, o número de denúncias de casos de violência doméstica aumentou 17,9% em todo o Brasil, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em Abril, o crescimento saltou para 37,6%. Em comparação com o mesmo período de 2019, nos meses de Março e Abril o feminicídio aumentou 22,2%.²

Assim como Mari Ferrer, muitas outras vítimas de violência sexual e doméstica encontram-se desamparadas e silenciadas pelo Estado burguês e seu sistema judiciário. O que este exemplo evidencia é que mesmo com a mediatização e publicização do caso — algo que raramente acontece com as vítimas de classe trabalhadora, pobres e negras — o Estado capitalista defende os violadores e se recusa a garantir a proteção e a reparação das mulheres vítimas de violência. A defesa dos direitos das mulheres e a sua emancipação não virão pelas mãos do sistema criminal, não serão concedidas pela mesma polícia que agride e assassina jovens negros nos bairros periféricos e reprime as mobilizações e as lutas das mulheres trabalhadoras nas ruas e locais de trabalho, e muito menos pelo mesmo sistema que mantém pobres e negros amontoados nas prisões, confinados em regime de tortura, completamente desumanizados e condenados a uma vida de miséria e estigmatização. A libertação das mulheres trabalhadoras não será conquistada no mesmo sistema que as condena a manter-se como a parcela mais explorada e oprimida da sua classe.

Assim como Mari Ferrer, muitas outras vítimas de violência sexual e doméstica encontram-se desamparadas e silenciadas pelo Estado burguês e seu sistema judiciário. O que este exemplo evidencia é que mesmo com a mediatização e publicização do caso — algo que raramente acontece com as vítimas de classe trabalhadora, pobres e negras — o Estado capitalista defende os violadores e se recusa a garantir a proteção e a reparação das mulheres vítimas de violência. A defesa dos direitos das mulheres e a sua emancipação não virão pelas mãos do sistema criminal, não serão concedidas pela mesma polícia que agride e assassina jovens negros nos bairros periféricos e reprime as mobilizações e as lutas das mulheres trabalhadoras nas ruas e locais de trabalho, e muito menos pelo mesmo sistema que mantém pobres e negros amontoados nas prisões, confinados em regime de tortura, completamente desumanizados e condenados a uma vida de miséria e estigmatização. A libertação das mulheres trabalhadoras não será conquistada no mesmo sistema que as condena a manter-se como a parcela mais explorada e oprimida da sua classe.

É necessário ir à luta por justiça para Mari Ferrer e pelo fim da violência machista!

É imperativo desmascarar e denunciar a natureza do sistema criminal, cuja função é manter a ordem social capitalista, assim como fazer frente ao modelo punitivista de responsabilização individual que reproduz a lógica machista e racista do Estado. Temos de encher as ruas exigindo justiça para Mari Ferrer — a responsabilização do Estado e de todos os agentes envolvidos, desde o violador ao juiz seu cúmplice, mas não lutamos simplesmente por punir os agressores. Queremos construir uma sociedade livre da violência machista, começando por garantir que as vítimas de violência se sentem seguras e amparadas quando decidem denunciar seus agressores e violadores. É necessário ir à luta com os métodos da nossa classe, aqueles que realmente podem transformar a rea-

lidade: a mobilização de massas, as greves, as ocupações!

É urgente levantar um plano de luta por uma sociedade socialista capaz de acabar com a violência machista. O programa da esquerda tem de passar por:

1. Anulação imediata da sentença que absolve o violador! Expulsão de todos os agentes misóginos, racistas e fascistas do aparelho de Estado e controle democrático do sistema judicial.
2. Um sistema de saúde totalmente público, democraticamente gerido, gratuito e de qualidade, preparado para atender e cuidar todas as vítimas de violência;
3. Aborto livre, seguro e gratuito;
4. Uma rede pública e democraticamente gerida de serviços sociais que vão desde um sistema qualificado a assistir mulheres vítimas de violência até à criação de creches, cantinas e lavanderias coletivas capazes de retirar dos ombros das mulheres os encargos pelo trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados.

Somente com a mobilização e organização da classe trabalhadora nas escolas, nas universidades e nos locais de trabalho é possível lutar por justiça para Mariana Ferrer e por todas as vítimas de violência de gênero, coniventemente mantida pelo Estado e pela Justiça burguesa! Somente com a organização independente da classe trabalhadora é possível construir o caminho revolucionário rumo ao fim do sistema capitalista que sustenta o patriarcado!

JUNTA-TE À LIVRES E COMBATIVAS!

JUNTA-TE AO FEMINISMO REVOLUCIONÁRIO E ANTICAPITALISTA!

¹ Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

² Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.



Um início de ano lectivo desastroso. COM A NOSSA SAÚDE NÃO SE BRINCA!

Sindicato de Estudantes

O início da pandemia em Março significou a intensificação brutal das desigualdades já existentes na educação, com efeitos desastrosos para a juventude de classe trabalhadora. Na situação caótica que viveu a classe trabalhadora, com os ataques laborais através de lay-offs e despedimentos massivos e com os trabalhadores a terem que continuar a trabalhar e apanhar transportes lotados para sobreviver, o ensino à distância foi mais uma forma de resposta da burguesia e do seu Estado: fazer com que sejamos nós, os jovens de classe trabalhadora e as nossas famílias, a pagar pela crise.

Ter de terminar o ano lectivo e realizar exames durante esta crise é um ataque directo aos estudantes de famílias mais pobres: os que tiveram as condições de vida das suas famílias ainda mais precarizadas, os que vivem em casas degradadas e sem espaços adequados de estudo, que na sua maioria têm de partilhar equipamentos electrónicos com familiares ou que tiveram inclusive familiares infectados pelo vírus e sem acesso a cuidados de saúde de qualidade... Se sabemos que antes da pandemia as desigualdades já eram brutais entre os estudantes que podiam pagar

por materiais ou explicações e os estudantes mais pobres, é impossível ignorar que as aulas à distância vieram agravar esta desigualdade.

Para além disso há uma parcela significativa de alunos que ficaram totalmente sem acesso à educação, não tendo acesso a ligação de internet ou a equipamentos electrónicos. Mesmo durante o 3º período lectivo, mais de metade (54,8%)¹ dos docentes ainda não tinha conseguido contactar todos os seus alunos, sendo ainda assim obrigados a continuar a leccionar matéria.

Não só não houve investimento para suprir as necessidades surgidas com o ensino à distância — com um sistema educacional já precário — como as despesas do Estado foram ainda efectivamente reduzidas e colocadas sobre as costas dos trabalhadores. Os professores, para além de arcarem com os gastos acrescidos com a energia e demais meios necessários para o teletrabalho, tiveram também, em muitos casos, de adquirir equipamentos para as aulas. A falta de professores na educação pública significou, para estes, com o ensino à distância, o aumento brutal da carga de

trabalho. Ao tentar acompanhar e auxiliar os estudantes nessa situação, bem como ter de lidar com as imposições acrescidas de tarefas burocráticas das direcções das escolas, os profissionais da educação viram a sua jornada de trabalho alongada para 12 e até 14 horas diárias. Também os trabalhadores dos estabelecimentos escolares tiveram os seus direitos brutalmente atacados, como por exemplo os trabalhadores dos refeitórios — frequentemente contratados por empresas terceirizadas. Na região centro, 635 dos 800 trabalhadores foram despedidos.

O trabalho, impossível de cumprir com a falta de professores nas escolas, acabou também por recair sobre as famílias trabalhadoras. Para além do teletrabalho ou, na maioria dos casos, do trabalho ainda presencial e da carga de trabalho doméstico, os pais, principalmente com crianças mais novas, tiveram ainda mais este peso sobre as suas costas.

O Ministério da Educação continua a ignorar os estudantes e trabalhadores da educação!

Frente a esta situação caótica do ensino, a decisão do Ministério da Educação foi a de tomar as medidas que

fossem necessárias para fingir um “retorno à normalidade” inexistente. Sabemos que esta directriz segue uma lógica clara: a única prioridade é fazer os pais regressar ao trabalho, manter a máxima normalidade no funcionamento da economia. Fechar as escolas e facultades é completamente contrário a isto. Em suma, manter os lucros dos capitalistas continua a ser a primeira preocupação deste governo, mesmo à custa da nossa saúde e educação.

Apesar das repetidas propostas da FENPROF (Federação Nacional dos Professores - CGTP), o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, recusou reunir com os trabalhadores da educação para discutir as medidas necessárias para o início do ano lectivo. A realidade desastrosa do ensino foi ignorada por completo, assim como os avisos da comunidade educativa, não havendo a preparação atempada necessária para o retorno às aulas em segurança por parte do Ministério da Educação.

O retorno às aulas deu-se de forma caótica e sem condições de segurança em todos os níveis de ensino. Não foi sequer tornado obrigatório o distanciamento físico nas escolas. Desde os jardins de infância às universidades, não há limite de alunos por turma e não houve diretrizes unificadas dadas pelo governo, deixando a cada estabelecimento o poder de decisão sobre a segurança de todos. O que significa que hoje, estando o país a chegar a sete mil casos de infecção diários, ainda há facultades com aulas presenciais obrigatórias. E como nas escolas e universidades não há garantia de espaços de estudo (ou sequer de refeitórios), os alunos que têm aulas mistas (online e presenciais) são muitas vezes obrigados a assistir às aulas online sentados pelo chão da sua facultade, para de seguida irem assistir às aulas presenciais obrigatórias.

Mais ainda: até ao momento, simplesmente não há informações oficiais sobre a situação da pandemia nas escolas, havendo um contínuo e consciente ocultamento desta informação por parte do governo, sendo também desconhecidas as medidas tomadas nesses casos. A DGS registou apenas 28 casos de surtos em escolas. Entretanto, segundo os únicos dados aos quais podemos ter acesso — os da valiosa lista de surtos organizada pela FENPROF, na qual estão incluídos apenas surtos confirmados pelas escolas e Associações de Es-

tudantes —, o número ascende a mais de 600 surtos por todo o país.

É preciso deixar claro que esta situação era totalmente evitável. Um investimento massivo na educação, agora mais necessário que nunca, é imprescindível para evitar que a situação desastrosa que temos agora se torne ainda mais dramática. É urgente a contratação de trabalhadores docentes e não docentes, recuperar e expandir as estruturas necessárias nas escolas já há muito degradadas por todo o país.

Em vez disto, o que temos são professores e alunos a ter de responsabilizar-se pelas funções de limpeza, turmas ainda sobrelotadas, falta de professores, falta de estruturas nas escolas, estudantes a ter de deslocar-se em transportes também perigosamente sobrelotados e, posteriormente, os riscos que implica ter as escolas nestas condições. Por cima de tudo isto, há ainda a falta de um planeamento de rastreio do vírus.

As medidas paliativas tomadas para a prevenção nos estabelecimentos de ensino não são suficientes para evitar o contágio — como muito claramente demonstram os números! — e muito menos garantem aos estudantes de classe trabalhadora condições de vida e de estudo decentes. Os alunos do ensino superior continuam a pagar propinas, mesmo aqueles que de momento têm todas as aulas virtualmente, o que para muitos significa ter que continuar a trabalhar, inclusive presencialmente. Já aqueles que estão deslocados para estudar são totalmente abandonados pelas universidades, sem acesso a habitação digna, tendo de recorrer a arrendamento num mercado brutalmente inflacionado. Há estudantes a dormir em quartos de alojamento local.

Como se a situação do ensino já não fosse um ataque directo à juventude e aos trabalhadores, o governo ainda prevê mais cortes no ensino público sob a justificação da pandemia. Desde Maio, o Ministério da Ciência, Tec-

nologia e Ensino Superior tem vindo a desenvolver junto de empresas privadas a campanha “Skills 4 pós-Covid — Competências para o futuro”. A campanha é a continuação da transformação do ensino em produção rápida de força-de-trabalho qualificada e barata, como querem os privados. As medidas do projecto incluem a redução da duração dos cursos dos politécnicos e universidades, reduzindo a carga horária de 20 a 35%; a substituição de aulas por vídeo-sessões gravadas; a redução do financiamento estatal do ensino, sendo substituído por privados que teriam mais poder de decisão sobre os currículos e até direito a leccionar parte dos novos cursos ou atribuir créditos escolares a actividades de “voluntariado” — que não são mais que trabalho não-remunerado!

Sabemos que estas medidas não são novas e já são aplicadas há muito no ensino profissional, que concentra a maioria dos estudantes de classe trabalhadora, sendo o discurso do “novo normal pós-Covid” nada mais do que um aproveitamento para atacar ainda mais os estudantes de classe trabalhadora. Não podemos aceitar estes ataques e permitir a continuação da destruição do ensino público!

É preciso levantar um plano de luta!

Permitir que estes ataques continuem é perder a Educação pública que a nossa classe conquistou com a Revolução de 1974-75. A política de total descaso seguida pelo executivo de Costa em relação à pandemia, não só no plano educativo como em todos os planos, é nada menos do que genocida. Se o governo não a rectifica — e nada indica que o fará de livre vontade — teremos de ser nós, trabalhadores e juventude, a fazê-lo com a nossa mobilização e luta. Não podemos permitir que esta crise seja paga por nós em trabalho não-remunerado, em despedimentos, em destruição da educação, da saúde e dos serviços públicos mais básicos, em infecções e até em mortes, enquanto os milionários continuam a enriquecer.

As medidas necessárias imediatamente têm de ficar claras. Exigimos:

1. Paralisação imediata de toda a actividade produtiva não-essencial e suspensão da actividade lectiva presencial para travar a curva ascendente da pandemia. Dispensa dos trabalhadores e trabalhadoras com os seus postos de trabalho assegurados e com os salários a 100%.

2. O encerramento imediato de todas as escolas e facultades, seguido da aplicação de um plano de resgate do sistema educativo que reverta todos os cortes na educação pública, contrate os necessários milhares de professores para reduzir o número de alunos por turma, dê formação adequada ao corpo docente e distribuição gratuita de equipamentos informáticos a todos os professores e estudantes para garantir uma educação segura à distância até que se torne possível regressar aos locais de ensino com condições de higiene e segurança eficazes;

3. Retorno às aulas presenciais apenas quando os locais de ensino tiverem garantidas a ventilação, as distâncias, desinfectantes e todas as medidas de segurança necessárias, além dos trabalhadores e professores suficientes e formados para trabalhar nas condições da pandemia.

4. Fim de todos os acordos do Estado que garantem o financiamento das empresas privadas de educação com dinheiro público. Esses fundos devem ser usados para elevar a qualidade do ensino público, para que este cubra todas as necessidades da juventude em todo o território nacional. Se as escolas privadas não têm capacidade de funcionar como negócio para os seus donos, então devem ser nacionalizadas e integradas no sistema público de ensino.

5. Fim imediato das propinas em todo o ensino superior.

6. Contratação dos milhares de trabalhadores de saúde em falta, médi-

cos, enfermeiros, técnicos de saúde e investigadores, para que se possa ter um SNS capaz de responder às necessidades de toda a população. Nacionalização de toda a saúde privada. A nossa saúde não é um negócio!

7. Nacionalização de toda a banca para garantir os recursos necessários para a realização destas medidas.

Sabemos bem que há dinheiro! Não podemos é deixar que a maior quantidade da riqueza que produzem os trabalhadores continue a ser canalizada para os bolsos dos capitalistas através de resgates e privilégios concedidos pelo governo.

Para concretizar este programa, é preciso colocar o governo contra as cordas: é preciso que as organizações de estudantes e de trabalhadores da educação estabeleçam um plano de luta que escale as acções rumo a uma greve geral da educação, se necessário for! Temos de lutar até termos medidas verdadeiramente de esquerda contra a crise sanitária e a crise na educação, medidas que coloquem a nossa saúde, a nossa segurança e o acesso universal à ciência e à cultura acima dos lucros de um punhado de milionários.

ESTÁ NA HORA DA ORGANIZAÇÃO E DA LUTA!

JUNTA-TE AO SINDICATO DE ESTUDANTES!



1. Dados da FENPROF.

TRUMP DERROTADO EM ELEIÇÕES HISTÓRICAS!

A luta de massas conseguiu esta vitória apesar de Biden e do aparelho democrata.

Declaração da Esquerda Revolucionária Internacional

Trump foi derrotado nas eleições mais polarizadas e participadas da história dos EUA. Os resultados destas eleições dão-nos uma série de chaves para entender o presente e o futuro da luta de classes nos EUA. Em primeiro lugar, a consolidação de uma base eleitoral massiva para o trumpismo — com tudo o que representa —, que no futuro, inevitavelmente, condicionará os acontecimentos e sujeitará o governo democrata a uma forte pressão. Em segundo lugar, a prova de que existe uma maioria da população disposta a travar a batalha contra a reacção populista da extrema-direita e as causas que a alimentam — uma maioria que ultrapassa os números de 3 de Novembro.

Polarização extrema

Há que procurar a causa fundamental da derrota do magnata nova-iorquino nas extraordinárias mobilizações que se multiplicaram desde a sua tomada de posse. Foram claramente traduzida para as urnas as marchas multitudinárias das mulheres — com as quais foi recebido o mandato presidencial de Trump —, as grandes lutas da juventude contra a legislação anti-imigração, as alterações climáticas ou a utilização de armas, e, destacando-se aci-

ma de tudo, uma rebelião social contra a violência racista e supremacista do aparato policial que unificou, em linhas de classe, dezenas de milhões de trabalhadores afro-americanos, latinos, brancos e jovens de todas as comunidades. A irrupção das massas foi o que empurrou Trump para fora da presidência, não a mediocre campanha de um candidato como Biden.

Mais de 16 milhões de estado-unidenses que nas eleições de 2016 não foram às urnas, fizeram-no desta vez. A participação alcançou cerca de 67% da população recenseada. A candidatura de Biden obteve 75.010.459 de votos, 50,63% do total (dados de domingo, 8 de Novembro), e pode superar os 300 votos eleitorais no final da contagem. Em comparação com os resultados de 2016 (65.853.514), isto significa um incremento de 14%, ou 9,1 milhões. Trump consegue 70.686.229 boletins, ou 47,71% do total e, possivelmente, rondará os 230 votos eleitorais. Em relação a 2016 (62.984.828), aumentou a sua votação em 12,2%, ou 7,7 milhões.

Estes resultados têm de ser vistos pelo prisma de uma legislação eleitoral anti-democrática, que não funciona com sufrágio universal directo, mas antes com um colégio eleitoral que é quem na verdade decide a eleição do presidente, e um sistema onde, ainda para mais, são supri-

midos os direitos de milhões de eleitores — como acontece em numerosos estados com a maioria das pessoas encarceradas e com uma parte considerável dos ex-prisioneiros.

Se atentarmos ao que mais se destacou na campanha, vemos que Trump não se cansou de insistir nas suas diatribes mais incendiárias contra o socialismo. Trump acusou Biden de ser igual a Castro e Chávez, utilizou em várias cidades o slogan “contra o socialismo, vota Trump”, apelou aos seus seguidores para a organização da resistência armada contra a extrema-esquerda e, finalmente, impugnou a contagem dos votos poucas horas depois de ter sido iniciada.

Nada disto é por acaso. Trump não é um aventureiro sem perspectivas. A sua aparente loucura tem uma lógica implacável. O seu discurso reflecte a decomposição da sociedade estado-unidense e o desespero de amplos sectores da pequena-burguesia que perderam a confiança e certeza que tinham no passado e são hoje presas de um medo histórico perante um futuro incerto. Estes sectores, que tiveram, tradicionalmente, um peso social tremendo, não tencionam renunciar a um modo de vida que lhes granjeou enormes privilégios, e vêem com horror a subida da luta de classes, o crescimento da esquer-

da e a influência das ideias do socialismo sobre a juventude e os trabalhadores. Estas camadas da pequena-burguesia declararam guerra ao actual estado de coisas, e Trump deu-lhes a bandeira pela qual lutar.

Neste magma social estão também milhões de trabalhadores atrasados, desmobilizados e profundamente desmoralizados pela desindustrialização, pelo desemprego crónico, pelos baixos salários e pela perda de um *status* que lhes proporcionava uma estabilidade que agora se esfumou para sempre. Completamente cépticos em relação ao que lhes oferece o aparelho do Partido Democrata, mantiveram o seu apoio a Trump com a ilusão de que melhoraria a situação económica.

Este bloco social, inflamado pelo ressentimento e pelo desespero contra-revolucionário, cerra agora os seus punhos. É sem dúvida uma ameaça muito séria para os direitos democráticos, económicos e sociais dos trabalhadores, da juventude e de todos os oprimidos que suportam uma desigualdade lancinante. Mas este bloco, que foi combatido nas ruas, numa guerra sem quartel desde há 4 anos, acaba agora, finalmente, derrotado.

As massas que se ergueram contra Trump não tiveram outra opção para derrotá-lo nas urnas senão recorrer à ferra-

[CONTINUAÇÃO NA PÁGINA 10]

